

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Alta de São Paulo

Class.: 86

Data: 10 de Dezembro de 1984

Pg.: \_\_\_\_\_

# Europeus fiscalizarão projetos na Amazônia

**MEMÉLIA MOREIRA**

Enviado especial à região do Projeto Carajás

Os deputados Willy Kuijpers e Anthony Simpson, do Parlamento Europeu, integrantes da comitiva de deputados dos partidos de oposição do Brasil que visitaram Carajás, anunciaram a criação de um escritório permanente de intercâmbio entre o Parlamento Europeu e o Congresso Nacional com vistas a fiscalizar a aplicação de recursos externos do projeto. A representação diplomática brasileira no Mercado Comum Europeu será notificada sobre a implantação desse escritório.

A decisão de intercâmbio entre os dois parlamentares foi tomada após o encontro entre a comitiva dos deputados e os camponeses do sul do Pará, em Xinguara. Na ocasião, os lavradores pediram a revisão do projeto Carajás Agrícola e a extinção do Getat (Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins), órgão vinculado ao Conselho de Segurança Nacional.

"Aqui nós temos dois medos grandes — disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, João Canuto —, o medo desse projeto Carajás que desde quando chegou foi piorando a vida de todo mundo, e medo do Getat, que anda sempre com a Polícia Federal, espalhando terror, tirando gente da terra e ameaçando nós todos com a Lei de Segurança Nacional. Eu não sei que lei é essa mas parece que é importante".

Além do medo dos representantes do governo e do projeto governamental, os posseiros da região do Baixo Araguaia apresentaram seus relatos denunciando alguns fazendeiros que nos últimos anos expulsaram os camponeses de suas terras. No município de Xinguara, foram acusados os fazendeiros Neief Murad, que ocupa dez mil hectares de terra no distrito de São Geraldo do Araguaia, Almir Moraes, que tem título de aforamento de castanhais e a família Contente, em Paraúnas. Ainda no município de Xinguara, foi denunciado o fazendeiro Alípio Cardoso, acusado de mandar matar o posseiro Elesbron Lago, duas semanas antes da viagem feita pelos parlamentares à região sul do Pará.

No município de Rio Maria, os posseiros apontaram o fazendeiro João Jacques Coelho, proprietário da gleba 157, da Fazenda Canaã, com três mil hectares, de expulsar 20 famílias da área. Essas famílias, segundo depoimento do posseiro José

Neto da Silva, "estão passando fome nas ruas de Rio Maria".

### Invasão da área indígena

Já em Marabá, a cidade mais próxima da sede do Projeto Carajás, os posseiros acusaram o próprio Getat de incentivar a invasão da área indígena do rio Cateté, onde vivem os xicrin. As 42 famílias que vivem na gleba Marabá, disputada pelo fazendeiro paranaense Hélio Oster, foram despejadas em julho passado e o Getat mandou os posseiros para uma área próxima onde vivem os índios.

"Fomos despejados em julho e depois desse segundo despejo, o Getat mandou nós ocupar uma terra. Estava toda alagada e depois nós descobrimos que tinha índio lá. Aí voltamos para a gleba Marabá e encontramos 60 homens armados, mas estamos dispostos a ficar na terra e até mesmo enfrentar os homens armados que derrubaram nossas casas com ajuda da Polícia Militar. Já trocamos uns tiros e morreram dois deles, mas nós não queremos brigar muito", disse o posseiro Eliodoro Neris dos Santos.

Tanto ele como os demais posseiros do sul do Pará se queixaram aos deputados da atuação da polícia do Pará. "Não tem diferença nenhuma, essa polícia do governador Jáder Barbalho (PMDB) da polícia do outro governador (Alacid Nunes), que era do governo. São iguais e só nos persegue o tempo todo", afirmou o posseiro Crispin Manoel dos Santos, do distrito de São Geraldo do Araguaia.

Em defesa do projeto Carajás Agrícola, o Ministério de Assuntos Fundiários explica que o assentamento dos posseiros nas glebas Carajás 2 e 3 tem como objetivo "regularizar as ocupações rurais atuais na área do projeto, eliminando distorções fundiárias; arrecadar áreas excedentes nas ocupações existentes, incorporando-as ao programa de assentamento; orientar e assimilar o fluxo migratório em direção à área do projeto; absorver excedentes populacionais existentes na área de atuação do Getat e criar condições para a efetiva consolidação do Projeto Carajás e sua auto-sustentação".

Tanto o programa do Ministério de Assuntos Fundiários como as denúncias dos posseiros serão objeto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, cujo pedido foi entregue ontem à mesa da Câmara para ser instalada no primeiro semestre de 85.

A repórter Memélia Moreira viajou a convite dos parlamentares.